



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Janeiro/2026

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES
DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE
Concurso Público Unificado de Pernambuco – CPU/PE
Analista Jurídico-Previdenciário

Nome do Candidato
Caderno de Prova '32', Tipo 005

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-005

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, nos espaços apropriados.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) nas folhas correspondentes.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

Que são e a que servem as “terras raras”?

Volta e meia alguém faz referência a “terras raras” como uma fonte importante de riquezas a ser explorada por um país, de alto valor funcional e comercial. A denominação é bastante imprecisa: não se trata propriamente de terras, e também não ocorrem com tanta raridade. O que se passou a chamar de “terras raras” são na verdade óxidos metálicos, elementos químicos que se encontram em áreas de terra; não são propriamente raros, e o que é de fato raro é se concentrarem densamente numa mesma região, permitindo assim condições para sua coleta, processamento e vantajosa exploração econômica.

Smartphones, turbinas eólicas, veículos elétricos, computação em nuvens: vivemos em uma era de tecnologias digitais, movidas por equipamentos complexos. Sua produção demanda materiais com propriedades funcionais específicas, obtidas de recursos naturais cada vez mais diversos. Entre essas matérias-primas, há o grupo particular de elementos químicos que passaram a ser denominados “terras raras”.

Hoje se sabe que são bastante abundantes, mas inicialmente foram identificados em baixa concentração em amostras de minérios escassos – ou raros – na Suécia. Não costumam ser encontrados isolados na natureza, mas sim associados entre si e com outros elementos, o que dificulta sua separação. Foram isolados pela primeira vez na forma de compostos com oxigênio, não como metais puros.

O Brasil detém grandes reservas, mas não domina o ciclo produtivo desses óxidos metálicos. O país também não possui a capacidade de fabricação de um componente central de inúmeros produtos e processos de alta tecnologia. Cobiçados por sua inestimável importância operacional, constituem matéria-prima de alto valor estratégico, sobretudo quando se pensa nos avanços da tecnologia de ponta. Por isso está-se promovendo em nosso país um esforço de pesquisa e desenvolvimento para tentar suprir as lacunas que impossibilitam um aproveitamento pleno dessa riqueza natural capaz de permitir e multiplicar avanços nesse estágio de alta tecnologia que tantos benefícios oferece à capacidade humana de bem aproveitá-los.

(Adaptado de: ALMEIDA, Alexandra Ozorio. São Paulo: **Pesquisa Fapesp**. Out. 2025, n. 356, p. 5)

1. Ao tratar das “terras raras”, a autora do texto se vale de duas operações fundamentais, pelas quais
 - (A) caracteriza a maleabilidade física desses elementos e suas implicações na esfera financeira.
 - (B) enfatiza a aplicabilidade desses elementos e analisa sua composição química rudimentar.
 - (C) esclarece a justeza da denominação científica e a raridade típica desses produtos.
 - (D) comenta o equívoco da denominação científica e caracteriza a aplicabilidade desses óxidos metálicos.
 - (E) propõe uma nova designação para tais produtos e relativiza seu valor mercadológico.
2. Uma vantajosa exploração econômica desses óxidos metálicos dependerá
 - (A) de seu isolamento no estado natural e das demandas de mercado, ainda incipientes.
 - (B) de fatores ligados às estratégias da informática, alavancadas nos métodos analógicos.
 - (C) da facilidade de sua extração, como ocorreu com as operações realizadas na Suécia.
 - (D) da sua pureza química, condição essencial para sua rentabilidade econômica.
 - (E) da sua concentração territorial, seguida da capacitação técnica para seu processamento.



3. A flexão do verbo numa forma do plural justifica-se apenas na frase:
- (A) Não se tratam exatamente de minérios puros, mas de óxidos terrosos e metálicos o que acabou sendo identificado como “terras raras”.
 - (B) Enquanto não houverem alternativas aceitáveis para as funções desses óxidos, eles seguirão em alta no mercado tecnológico.
 - (C) Destacam-se entre os componentes encontrados na terra uma espécie de óxido metálico de múltiplos e sofisticados empregos.
 - (D) Alcançam grande valor no mercado de componentes tecnológicos essa novidade do mundo digital conhecida como “terras raras”.
 - (E) Destinam-se a uma diversificada oferta de serviços digitais esses óxidos metálicos tão disputados pelos países mais avançados.
-
4. O Brasil detém grandes reservas, mas não domina o ciclo produtivo desses óxidos metálicos.
- O período acima ganha nova, coerente e correta redação nesta outra forma:
- (A) Tendo-os em grandes reservas, o Brasil não domina, no entanto, o ciclo produtivo desses óxidos metálicos.
 - (B) Uma vez que não domine o ciclo produtivo desses óxidos metálicos, dispõem-se no Brasil grandes reservas dos mesmos.
 - (C) O Brasil, que embora não domine o ciclo produtivo, dispõe de tais óxidos nas grandes reservas aonde os detém.
 - (D) As grandes reservas de cujas o Brasil dispõe, são de óxidos metálicos, mas seu ciclo não está produzindo.
 - (E) Mesmo que disponha de grandes reservas, o Brasil deixa assim de dominar seu ciclo produtivo desses óxidos metálicos.
-
5. No segundo parágrafo do texto,
- (A) a enumeração de termos em sua abertura é mais adiante referida como *grupo particular de elementos químicos*.
 - (B) a expressão *matérias-primas* faz alusão aos vários elementos constantes da enumeração de abertura.
 - (C) o segmento *sua produção demanda materiais com propriedade funcionais específicas* refere-se a *equipamentos complexos*.
 - (D) os assim referidos *equipamentos complexos* constituem uma outra designação para *terras raras*.
 - (E) a expressão *terras raras* é justificada pelo fator de dificuldade com que foram isoladas *na forma de compostos com oxigênio*.
-
6. O *esforço de pesquisa e desenvolvimento* referido no último parágrafo tem como razão de ser
- (A) o alargamento das áreas de isolamento desses elementos químicos detectados pela alta tecnologia.
 - (B) o acesso a produtos naturais de importância estratégica para maior equilíbrio de nossa economia de exportação.
 - (C) a busca de tecnologia necessária para se ingressar no ciclo produtivo dessas matérias-primas.
 - (D) o incremento na exportação dessa matéria-prima tão cobiçada, de tão alto valor estratégico.
 - (E) a confirmação da nossa competitividade no mercado final desses óxidos metálicos já processados.
-
7. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *componente central de inúmeros produtos e processos* (4º parágrafo) = meio processual de variada produção.
 - (B) *para tentar suprir as lacunas* (4º parágrafo) = com o intento de fazer frente às vacuidades.
 - (C) *não são propriamente raros* (1º parágrafo) = não constituem uma escassez por si mesmos.
 - (D) *Sua produção demanda materiais* (2º parágrafo) = produzem-se segundo a real demanda.
 - (E) *foram identificados em baixa concentração* (3º parágrafo) = revelaram-se mal dispersos.



Atenção: Para responder às questões de números 8 a 15, baseie-se no texto seguinte.

Carteiros em tempo de internet

Não sei se com internet os postais, as cartas e os carteiros vão se extinguir completamente. Sei que a amizade está ficando virtual demais. Temo que os amigos desapareçam, já que nem ouço a voz de alguns deles, pelo telefone. Ver e abraçar um amigo tornou-se uma coisa complicada, quase uma façanha numa cidade cujos moradores se deslocam com rapidez por baixo da terra.

Cartas? Uma mensagem eletrônica é um contato muito mais rápido, quase instantâneo. Mas será mais humano? E ainda por cima há as tantas mensagens indesejáveis proliferando o tempo todo. Não há bloqueador infalível, de modo que elas se tornam uma espécie de tormento programado e compulsório.

Essa invasão é o lado bárbaro da internet: a propaganda desenfreada, amalucada, nociva, mentirosa, sem falar nas informações falsas e nas notícias distorcidas. Tal multiplicação descontrolada de novidades remonta, diga-se, a tempos antigos: em 1867, depois de visitar a Exposição Universal de Paris, o grande escritor Gustave Flaubert escreveu: “o ser humano não foi criado para devorar o infinito.”

Mas, enfim, nem mesmo nossos defeitos são perfeitos... Devo à internet um contato recente com uma amiga espanhola que não via desde o século passado. Ela me enviou uma mensagem em catalão e recordou uma brincadeira que fazia sobre sua língua materna. Na longa carta virtual lembrou uma passagem da nossa vida, onde dividíamos um apartamento pequeno em Barcelona. E por fim revelou que havia encontrado um caderno, já manchado pelo tempo: meu diário catalão, onde registrava minhas andanças por vários lugares da Espanha.*

Já dava esse diário por perdido, que é o destino das palavras de tantos diários. Agora esse achado da minha amiga voará de Barcelona até São Paulo num envelope de papel forte que um carteiro, mensageiro andarilho das cidades, me entregará antes de perder seu emprego para a internet. Estamos vivendo, de fato, num tempo e num mundo cheios de transições.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 116-118)

* Catalão: língua falada sobretudo na região da Catalunha, Espanha, onde se encontra a cidade de Barcelona.

8. Estabelece-se no texto uma relação direta entre

- (A) o enfraquecimento dos nexos de amizade e a escalada de mensagens rápidas e de informações nocivas.
- (B) a provável retomada da prática dos diários pessoais e o abandono gradativo das ilusões criadas pela internet.
- (C) a ineficácia dos serviços da internet e a crise dos meios convencionais de comunicação a distância.
- (D) o monopólio comercial dos serviços digitais e a queda de prestígio das operações pioneiras da internet.
- (E) o progressivo distanciamento das pessoas na modernidade e o retorno a práticas antigas como escrever cartas.

9. Atentando para a estruturação do texto, constata-se que no

- (A) quarto parágrafo sugere-se que uma desejável remoção das operações virtuais poderia vir com a retomada de línguas remotas.
- (B) quinto parágrafo admite-se que há épocas cujos valores aparentemente assentados dão passagem a valores outros.
- (C) primeiro parágrafo ressalta-se a principal virtude da internet, que é a desejável intensificação da rapidez nas comunicações humanas.
- (D) segundo parágrafo acusa-se a excessiva velocidade na emissão de mensagens que afetam nossa própria humanidade.
- (E) terceiro parágrafo desmente-se aquela espécie de profecia que se representava na frase citada de Gustave Flaubert.



10. Já dava esse diário por perdido, que é o destino das palavras de tantos diários.

O período acima tem sua correção e seu sentido preservados nesta reconstrução:

- (A) Destinam-se a se perderem as palavras de tantos diários, pelo que já considerava perdido esse diário meu.
- (B) Em tantos diários as palavras devem se perder, que eu assim também considere o destino desse meu diário.
- (C) Uma vez que dei meu diário por perdido, concluía ser esse o destino das palavras dos outros tantos diários.
- (D) Tanto o destino das palavras dos diários é se perderem que imaginava ser este também o meu caso.
- (E) Uma vez que se perde no destino as palavras de tantos diários, assim também reconheci perdido o meu.

11. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Uma vez recordando-se, do convívio com sua amiga espanhola, o autor trouxe à cena o pitoresco caso, de seu diário perdido.
- (B) Tem muita razão o autor, em queixar-se da falta de amigos, da voz deles agora substituída, por palavras digitalizadas.
- (C) Como seria possível, imaginar, que tantos alegados progressos tecnológicos, servissem a expandir nossa barbárie?
- (D) Não obstante haja percalços nas operações digitais, deve-se reconhecer, a bem da verdade, que há feitos a celebrar.
- (E) Há na frase de Flaubert, uma espécie de premonição, quanto ao que no futuro não tão distante, haveríamos de enfrentar.

12. No contexto, a frase *Mas, enfim, nem mesmo nossos defeitos são perfeitos*, que abre o 4º parágrafo,

- (A) afirma que somente com a prática dos defeitos absolutos poderemos esquecer as virtudes absolutas.
- (B) pondera a margem de liberdade que temos para transformar um defeito absoluto numa virtude absoluta.
- (C) não vai muito além de um mero jogo de palavras, já que sua lógica não resiste a uma análise criteriosa.
- (D) vale-se de fórmula irônica para admitir que mesmo nossos vícios mais ostensivos podem reter traços virtuosos.
- (E) expressa gravemente o quanto somos incapazes de atingir a perfeição quando passamos a nos esquecer dos vícios.

13. Ao admitir *Devo à internet um contato recente*, o autor do texto justifica-se pelo fato de que, com a internet, reviveu amizade com uma amiga e uma língua distantes,

- (A) passando a acreditar que é a internet que agora dá acesso às trocas afetivas mais verdadeiras.
- (B) por isso acatando a tese de que a transição das épocas culturais revalidará os mais antigos meios de comunicação.
- (C) trazidas do tempo em que se mostraram unidos pela força da afetividade da língua materna comum.
- (D) que permaneceriam distantes não fosse um programa de busca empreitada por ele nos meios da internet.
- (E) além do prazer que encontrou na experiência de reviver hábitos de correspondência não virtual.

14. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos das formas verbais na frase:

- (A) Segundo Gustave Flaubert, nenhum ser humano teria sido criado para que tivesse devorado o infinito.
- (B) O lado bárbaro da internet tem sido a propaganda desenfreada e as mentiras que ela se acostumasse a apregoar.
- (C) Uma mensagem eletrônica prima pela rapidez, embora não seja tão humana quanto eram as cartas convencionais.
- (D) Mesmo que nossos antigos defeitos fossem minorados, haverá espaço para os novos que se apresentavam.
- (E) Tão logo reencontrássemos por meio da internet, minha amiga e eu acabamos aproveitando o serviço dos correios.

15. Sem prejuízo para o sentido do contexto, pode-se substituir o elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses em:

- (A) Não há bloqueador infalível, de modo que elas se tornam uma espécie de tormento programado e compulsório (à medida que).
- (B) Na longa carta virtual lembrou uma passagem da nossa vida, onde dividíamos um apartamento pequeno em Barcelona (quando).
- (C) Temo que os amigos desapareçam, já que nem ouço a voz de alguns deles (portanto).
- (D) Uma mensagem eletrônica é um contato muito mais rápido, quase instantâneo (conquanto).
- (E) E ainda por cima há as tantas mensagens indesejáveis proliferando o tempo todo (E em vista disso).

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Os irmãos Santos são 4: Ana, Bete, Daniel e Diego. Daniel e Diego são gêmeos e usam roupas distintas. Os quatro irmãos querem tirar uma foto, com todos sentados em fila, mas os gêmeos querem ficar um ao lado do outro. Eles podem se sentar para tirar a foto de
- (A) 12 maneiras.
(B) 18 maneiras.
(C) 4 maneiras.
(D) 8 maneiras.
(E) 16 maneiras.
-
17. Considere os conjuntos:
- A: todos os múltiplos de 3 entre 10 e 30 inclusive.
B: todos os múltiplos de 4 entre 10 e 30 inclusive.
C: todos os múltiplos de 6 entre 10 e 30 inclusive.
- O número de elementos que estão em A ou em C e estão em B é
- (A) 4
(B) 3
(C) 0
(D) 1
(E) 2
-
18. Em uma caixa há cinco fichas numeradas. As fichas têm os números 7, 8, 9, 10 e 20. Retiram-se três fichas da caixa e, com os números que podem ser formados ao ordená-las, escreve-se o maior número possível e o menor número possível. Por exemplo, se forem retiradas as fichas 20, 9 e 7, escreve-se 9720 e 2079. Se as fichas 7 e 8 estão entre as fichas retiradas, a maior diferença possível entre o maior e o menor números formados é:
- (A) 6532
(B) 7542
(C) 198
(D) 6642
(E) 7632
-
19. Um trem partiu de Juiz de Fora com 45 adultos e algumas crianças. Quando fez escala em Barbacena, subiram 39 crianças e 39 adultos, e ninguém desceu. Ao retomar a viagem após a escala, o número de adultos era $\frac{2}{5}$ do número total de passageiros. O número de crianças que havia entre os passageiros antes da escala em Barbacena é
- (A) 97
(B) 87
(C) 126
(D) 84
(E) 39
-
20. Em uma papelaria vendem-se 1 caixa de marcadores por R\$ 33,00 e 2 cadernos pautados por R\$ 56,00. João comprou 10 cadernos e várias caixas de marcadores. Pagou com três notas de R\$ 100,00, uma de R\$ 50,00 e duas de R\$ 20,00, e recebeu R\$ 11,00 de troco. João comprou
- (A) seis caixas de marcadores.
(B) cinco caixas de marcadores.
(C) duas caixas de marcadores.
(D) três caixas de marcadores.
(E) quatro caixas de marcadores.
-
21. Henrique pagou R\$ 200,00 por 100 canetas que ele quer revender. Vendeu metade a R\$ 5,50 cada uma e 10 canetas a R\$ 4,50 cada. Para obter um lucro de pelo menos R\$ 200,00, Henrique pode vender cada uma das canetas restantes por, pelo menos,
- (A) R\$ 1,50
(B) R\$ 1,00
(C) R\$ 2,00
(D) R\$ 2,50
(E) R\$ 3,00



22. Em uma confeitaria 10 sanduíches custam R\$ 54,00. Também sabemos que 100 gramas de bombons mais 100 gramas de bolo custam o mesmo que 5 sanduíches e que 100 gramas de bombons custam o mesmo que 125 gramas de bolo.
- Susana foi à confeitaria com um número inteiro de reais e depois de comprar 7 sanduíches, o que lhe sobrou dava para comprar 100 gramas de bombons, mas não dava para comprar 150 gramas de bolo. É correto afirmar que Susana levou à confeitaria
- (A) R\$ 56,00 ou R\$ 57,00 ou R\$ 58,00
(B) R\$ 50,00 ou R\$ 51,00 ou R\$ 52,00
(C) R\$ 59,00 ou R\$ 60,00
(D) R\$ 53,00 ou R\$ 54,00 ou R\$ 55,00
(E) R\$ 51,00 ou R\$ 52,00

Noções de Administração Pública e Legislação

23. A atuação da Administração Pública envolve o exercício de poderes que lhe são próprios, entre os quais o poder disciplinar, com base no qual podem ser aplicadas sanções
- (A) necessárias à proteção do patrimônio público, com base na autotutela, em caso, por exemplo, de invasões e depredação.
(B) aos usuários de serviços públicos, incluindo a interrupção dos serviços em caso de inadimplência, nos termos da regulação aplicável.
(C) exclusivamente àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração, ou seja, agentes públicos e pessoas com vínculo funcional.
(D) a particulares que possuam vínculo contratual com a Administração, o que inclui a aplicação de sanção de inidoneidade.
(E) a particulares em geral, nos limites previstos em lei, como medida assecuratória de segurança pública.
24. No âmbito da organização administrativa, o manejo da descentralização, em contraposição à desconcentração,
- (A) é expressado mediante a criação de vínculos com entidades do terceiro setor como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
(B) resulta na criação de entidades com personalidade jurídica própria, que podem ser de direito público, como as autarquias, ou de direito privado, como as empresas públicas.
(C) representa a divisão constitucional de competências entre os entes da federação, que podem atuar em conjunto no caso de interesse comum, mediante consórcios públicos.
(D) significa a distribuição de atividades na estrutura administrativa, com centros de competências e atribuições, qualificados como órgãos públicos.
(E) demanda a existência de vínculo com entidades que não integram a Administração indireta, como concessionárias e permissionárias de serviços públicos.
25. O modelo de administração pública gerencial adotado pela Reforma do Aparelho do Estado, idealizada pelo Ministro Bresser Pereira em meados de 1990, apresenta, entre outros, o conceito de
- (A) descentralização, com as atividades de formulação de políticas públicas transferidas a entidades setoriais e agências, que passam a ser responsáveis, também, pela correspondente regulação.
(B) eficácia, que significa a melhor relação entre insumos, incluindo pessoal, e serviços prestados ou bens produzidos, constituindo um dos pilares do novo modelo de atuação do setor público.
(C) publicização, de acordo com o qual as entidades do terceiro setor, qualificadas como organizações sociais, passam a ser responsáveis pela gestão de serviços públicos não exclusivos de Estado.
(D) núcleo estratégico, composto pelas atividades econômicas que envolvem relevante interesse público ou segurança nacional e que não são passíveis de exploração pelo setor privado.
(E) terceirização, a partir do qual as atividades não exclusivas de Estado e que são passíveis de exploração econômica devem ter a sua titularidade transferida ao setor privado.

26. A aplicação do conceito de *accountability* no setor público diz respeito à
- (A) responsabilização dos agentes públicos pelos resultados e consequências de suas ações e omissões.
(B) capacidade de manter as condições de governabilidade, mediante alianças e coalizões para implantação de políticas públicas.
(C) adoção de instrumentos de gestão participativa de diversos setores da sociedade, incluindo consultas públicas e conselhos paritários.
(D) adoção das normas de contabilidade já aplicadas ao setor privado, de acordo com as regras de convergência vigentes.
(E) economicidade, assim entendida como a alocação ótima dos recursos disponíveis e identificação de atividades prioritárias.



27. Suponha que uma concessionária de serviços públicos de saneamento necessite dos dados pessoais dos usuários, tais como CPF, RG, endereço, bem como renda familiar, este último sob argumento de concessão de benefício de tarifa social. De acordo com o regime instituído pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 com redação dada pela Lei nº 13.853/2019) e Decreto Estadual nº 49.265/2020,
- (A) o Poder Concedente poderá transferir os dados pessoais dos usuários que detém em sua base de dados, na forma prevista no contrato de concessão, para assegurar o cumprimento das atribuições legais do serviço público.
 - (B) os dados relativos à renda familiar e situação econômica dos usuários são considerados dados sensíveis e somente podem ser objeto de tratamento mediante consentimento circunstanciado, vedado o compartilhamento entre operadores.
 - (C) os dados devem ser mantidos anonimizados, salvo aqueles necessários ao faturamento e à cobrança dos serviços prestados, vedada a manutenção em banco de dados da concessionária ou compartilhamento com terceiros.
 - (D) a concessionária atuará como controladora dos dados pessoais dos usuários, somente sendo requerido o consentimento expresso do titular em relação aos dados sensíveis que serão compartilhados com terceiros.
 - (E) a concessionária figura como mera operadora do tratamento de dados e deverá obtê-los mediante consentimento expresso e individualizado dos titulares, não podendo condicionar a prestação dos serviços ao consentimento.
-
28. Considere que Pedro, ocupante de cargo em comissão no Estado de Pernambuco, tenha sido aprovado em concurso público para cargo efetivo na Administração direta do mesmo estado. De acordo com a disciplina da Lei Estadual nº 6.123/1968, que estabelece o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco,
- (A) o decurso do prazo de 2 anos, a contar da nomeação, sem o cometimento de infração disciplinar de natureza grave, confere estabilidade no novo cargo, independentemente de apostilamento.
 - (B) Pedro deverá cumprir o estágio probatório, que é requisito inafastável para estabilidade, e não será confirmado no cargo caso apresente mais de 2 faltas injustificadas por ano.
 - (C) a investidura de Pedro no novo cargo depende da nomeação e ocorre com a posse, sendo a estabilidade conferida após o regular cumprimento do estágio probatório.
 - (D) Pedro deverá cumprir estágio probatório de 2 anos, no qual será aferida sua aptidão para o cargo, assim como o cumprimento do requisito de assiduidade, após o que estará investido no cargo.
 - (E) apenas na hipótese de o cargo anterior possuir requisitos semelhantes ao atual, e ter sido exercido por Pedro, ao menos por 3 anos, poderá ser dispensado o estágio probatório para fins de investidura.
-
29. Constitui traço característico de um ato discricionário, que o distingue do ato vinculado, a
- (A) impossibilidade de convalidação ou saneamento quando presente vício de competência, mas apenas em face de vício de finalidade.
 - (B) presença de razões de mérito para sua edição, sendo passível de revogação pela Administração com efeitos retroativos à sua edição (*ex tunc*).
 - (C) aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, que possibilita que o Poder Judiciário invalide atos a partir do escrutínio de mérito.
 - (D) impossibilidade de anulação pelo Poder Judiciário, ficando o exame de legalidade e mérito circunscrito à autotutela.
 - (E) análise de conveniência e oportunidade que autoriza a Administração a escolher uma solução entre outra(s) possível(is).
-
30. Suponha que determinado cidadão tenha solicitado a ARPE a disponibilização dos pareceres elaborados por consultoria jurídica e que subsidiaram a tomada de decisão que acolheu pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado por concessionária de serviços públicos. O diretor presidente da agência, contudo, determinou o não fornecimento dos estudos, alegando que não teria tal obrigação à luz das disposições da legislação de acesso à informação (Lei federal nº 12.527/2011 e Lei Estadual nº 14.804/2012). A postura adotada pelo referido agente público afigura-se
- (A) ilegal, salvo em se tratando de documento classificado como reservado, cujo prazo não pode ultrapassar 12 meses, prorrogável por igual período, justificadamente.
 - (B) legal caso a decisão ainda seja passível de recurso ou revisão na esfera administrativa, de forma a preservar a liberdade de atuação técnica da agência.
 - (C) legal, eis que a legislação apenas determina a disponibilização de documentos definitivos e não estudos e pareceres que eventualmente subsidiem decisões.
 - (D) ilegal, eis que a negativa não se enquadra nas hipóteses justificáveis previstas em lei, sendo vedado, contudo, o anonimato do solicitante.
 - (E) legal, eis que o documento em questão é meramente opinativo e protegido pelo sigilo profissional, somente sendo acessíveis pareceres técnicos vinculantes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Previdenciário**

31. Em virtude do disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019, o Estado de Pernambuco
- (A) poderá instituir, por meio de lei, contribuição previdenciária extraordinária incidente sobre seus servidores ativos, aposentados e pensionistas, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos.
 - (B) deverá excluir, do âmbito de gestão da Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco (FUNAPE), benefícios devidos a militares do Estado.
 - (C) deverá fixar, por meio de lei complementar, idade mínima para aposentadoria voluntária de seus servidores no mínimo equivalente à prevista para a aposentadoria dos servidores da União.
 - (D) poderá estabelecer, por meio de lei ordinária, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial civil.
 - (E) deverá disciplinar, por meio de lei complementar, a concessão de auxílio-saúde e salário-maternidade a seus servidores pelo regime próprio de previdência social do Estado.
-
32. Constitui norma geral, a ser observada pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Pernambuco:
- (A) o servidor público titular de cargo efetivo filiado ao regime próprio de previdência social do ente, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, terá suspenso o vínculo com o regime de origem.
 - (B) os dirigentes da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários serão solidariamente responsáveis pelo ressarcimento da integralidade dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente.
 - (C) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e de mandatos eletivos e a militares, e a seus respectivos dependentes.
 - (D) garantia de pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos, dos militares, e de seus pensionistas, nas instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
 - (E) sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.
-
33. A seguridade social, decorrência do dever do Estado contemporâneo de garantir proteção social aos indivíduos,
- (A) engloba a previdência social, que é regida pelos princípios da contributividade e da solidariedade.
 - (B) é financiada exclusivamente por meio de contribuições vertidas pelos trabalhadores e seus patrões.
 - (C) compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, educação e previdência social.
 - (D) tem como objetivos, entre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento e o caráter centralizado da administração.
 - (E) é regida, primordialmente, pelo princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.
-
34. Desde a promulgação da Constituição da República de 1988, com o objetivo de promover o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, inúmeras emendas constitucionais alteraram as normas que disciplinam o regime de previdência dos servidores públicos. O sucessivo recrudescimento das regras de elegibilidade, cálculo e reajuste das aposentadorias e pensões é motivo de insegurança para os servidores públicos, que temem a frustração de seus planos para a velhice. Contudo, examinando o teor das últimas reformas previdenciárias, percebe-se que elas em regra contemplaram normas de proteção às expectativas de direito dos servidores que ingressaram no serviço público antes de sua publicação, assegurando-lhes o direito de
- (A) legar a seus dependentes pensão por morte nos mesmos termos das normas vigentes antes da publicação da respectiva emenda.
 - (B) alcançar aposentadoria voluntária em termos menos rigorosos que os previstos nas normas da respectiva emenda.
 - (C) alcançar aposentadoria voluntária nos mesmos termos das normas vigentes quando de seu ingresso no serviço público.
 - (D) legar a seus dependentes pensão por morte nos mesmos termos das normas vigentes quando de seu ingresso no serviço público.
 - (E) alcançar aposentadoria voluntária nos mesmos termos das normas vigentes antes da publicação da respectiva emenda.



35. O Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Pernambuco, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 460/2021,
- (A) assegura o pagamento da remuneração da inatividade e da pensão por morte em valor não inferior ao limite máximo estabelecido para o cálculo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
 - (B) prevê o prazo máximo de 90 dias para a concessão da inatividade remunerada.
 - (C) tem por finalidade proporcionar ao segurado e a seus dependentes inatividade remunerada, pensão militar, assistência à saúde, educação e assistência social.
 - (D) tem como contribuintes obrigatórios os militares do Estado, ativos e inativos, e os respectivos pensionistas.
 - (E) contempla os militares que ingressarem no serviço ativo na vigência do novo diploma com inatividade remunerada calculada segundo a regra da média das maiores remunerações de contribuição e reajustada segundo o critério da paridade.
36. Ariano Suassuna exerceu emprego público em empresa federal por mais de 20 anos, até ingressar, em 23 de fevereiro de 2023, em cargo efetivo da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco. Nessas circunstâncias, o servidor
- (A) ingressará no Regime de Previdência Complementar do Estado, apesar da data em que ingressou no serviço público estadual, pois seus proventos serão calculados segundo a regra da média das maiores remunerações de contribuição.
 - (B) poderá optar por ingressar no Regime de Previdência Complementar do Estado, em virtude da data em que ingressou no serviço público, desde que renuncie ao direito de receber proventos calculados segundo a regra da integralidade.
 - (C) ingressará no Regime de Previdência Complementar do Estado, pois em virtude da data em que ingressou no serviço público estadual seus proventos serão limitados pelo valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
 - (D) não poderá ingressar no Regime de Previdência Complementar do Estado, pois em virtude da data em que ingressou no serviço público seus proventos serão calculados segundo a regra da integralidade.
 - (E) ingressará no Regime de Previdência Complementar do Estado, ainda que em virtude da data em que ingressou no serviço público seus proventos não venham a ser limitados pelo valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
37. A contagem recíproca de tempo e a compensação financeira entre regimes de previdência
- (A) dependem da emissão de certidão de tempo de contribuição pelo órgão com o qual o servidor entabulou vínculo funcional ou, excepcionalmente, pelo ente gestor do respectivo regime de previdência.
 - (B) não se aplicam à hipótese de concessão de pensão por morte.
 - (C) permitem que o trabalhador possa transitar entre os regimes previdenciários sem prejuízos à sua contagem de tempo de contribuição, e sem impingir sobrecarga ao regime instituidor do benefício.
 - (D) ocorrem entre regime próprio e regime geral de previdência, mas não entre regimes próprios de previdência.
 - (E) dependem da averbação de certidão de tempo de contribuição emitida pelo regime instituidor, com a especificação do tempo de contribuição correspondente, no regime previdenciário de origem.
38. Manuel Bandeira, titular de cargo efetivo na Secretaria da Cultura de Pernambuco, faleceu em 23 de agosto de 2025, deixando a companheira Helena, de 57 anos, os filhos João, Antônio e Pedro, respectivamente com 22, 19 e 17 anos, a mãe Dirce, de 94 anos, a quem sustentava, e a ex-cônjuge Ana, de 63 anos, a quem pagava pensão alimentícia. Nessas condições, fazem jus à pensão por morte instituída pelo servidor:
- (A) João, Antônio, Pedro e Ana, apenas.
 - (B) Pedro, Dirce e Ana, apenas.
 - (C) Helena, João, Antônio, Pedro, Dirce e Ana.
 - (D) Helena, João, Antônio, Pedro e Dirce, apenas.
 - (E) Helena, Antônio, Pedro e Ana, apenas.
39. Aos 27 de abril de 2023, Maria Amélia Queiroz ingressou em cargo efetivo de Médico em um hospital estadual. Em 10 de junho de 2025, contudo, a servidora sofreu um acidente em serviço que a incapacitou definitivamente para o trabalho, segundo laudo oficial emitido em 10 de agosto de 2025. Considerando que a aposentadoria por incapacidade permanente foi publicada aos 20 de agosto de 2025, o benefício previdenciário será devido a partir de
- (A) setembro de 2025, calculado segundo a regra da média das remunerações de contribuição.
 - (B) setembro de 2025, calculado segundo a regra da integralidade.
 - (C) 10 de junho de 2025, calculado segundo a regra da integralidade.
 - (D) 10 de agosto de 2025, calculado segundo a regra da média das remunerações de contribuição.
 - (E) 20 de agosto de 2025, calculado segundo a regra da integralidade.

**Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 40 a 45.

40. Suponha que um terço dos membros da Câmara dos Deputados queira apresentar uma proposta de emenda à Constituição Federal tendente a abolir a separação dos Poderes. Em outra situação, imagine que o Presidente da República, durante a vigência de estado sítio, deseje propor uma emenda à Constituição Federal para ampliar os direitos e garantias individuais. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações,
- (A) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e, com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio, por se tratar de ampliação e não de abolição de direitos e garantias individuais.
 - (B) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, pois a Constituição Federal poderá ser emendada somente mediante proposta do Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação. Com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser a Constituição Federal emendada, em razão de ser ele um dos legitimados para tanto.
 - (C) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e, com relação à proposta do Presidente da República, não poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio.
 - (D) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada pela Câmara dos Deputados, por atingir o quórum mínimo exigido de um terço dos seus membros para que ela tenha a legitimidade para tanto, mas, com relação à proposta do Presidente da República, não poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio.
 - (E) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, mas, com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio, por se tratar de ampliação e não de abolição de direitos e garantias individuais.
-
41. Suponha que tenha sido impetrado *habeas corpus* contra ato de desembargador de um Tribunal de Justiça de determinado Estado, sendo esse desembargador, portanto, a autoridade dita coatora. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, a competência para processar e julgar, originariamente, o referido *habeas corpus* é do
- (A) Superior Tribunal de Justiça, sendo que, se for denegatória a decisão desse Tribunal, caberá recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça, não cabendo nenhum recurso da decisão desse Tribunal, seja ela denegatória ou não.
 - (C) Supremo Tribunal Federal, cabendo, apenas, recurso extraordinário para o mesmo Supremo Tribunal Federal, caso a decisão desse Tribunal contrarie dispositivo da Constituição Federal.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça, sendo que, independentemente de ser denegatória ou não a decisão desse Tribunal, caberá recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, não cabendo nenhum recurso da decisão desse Tribunal, seja ela denegatória ou não.
-
42. As ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual
- (A) serão processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que as decisões definitivas de mérito por ele proferidas nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante somente com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não abrangendo a administração pública em razão do Princípio da Separação dos Poderes.
 - (B) poderão ser propostas, dentre outros legitimados, por Governador de Estado, sendo que as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante somente com relação à administração pública direta, não podendo vincular nenhum órgão do Poder Judiciário, em respeito à livre convicção do juiz no julgamento das ações que a ele são submetidas.
 - (C) poderão ser propostas, dentre outros legitimados, pelo Presidente do Congresso Nacional e por partido político com representação no Congresso Nacional, sendo que o Procurador-Geral da República não será ouvido em nenhuma ação direta de inconstitucionalidade, em razão de possuir legitimidade para propô-la.
 - (D) serão processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que as decisões definitivas de mérito por ele proferidas nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (E) e as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, bem como a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, serão julgadas pelo Supremo Tribunal Federal que, somente pelo voto da maioria de seus membros poderá declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual impugnado.



43. Eugênio é estrangeiro, originário de país que não é de língua portuguesa e vive no Brasil há 18 anos ininterruptos, onde sempre trabalhou como auxiliar de limpeza em uma empresa privada e não tem condenação penal. Ele tem uma filha, Eva, que nasceu no Brasil e é estudante. Giovanna, mãe de Eva, também é estrangeira e estava no Brasil fazendo faculdade quando Eva nasceu. Eugênio pretende requerer a nacionalidade brasileira e Eva pretende, no futuro, tornar-se Senadora no Brasil. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, Eugênio
- (A) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (B) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva não é brasileira nata, não podendo, portanto, vir a exercer o cargo que pretende, pois ele é privativo de brasileiro nato.
 - (C) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo não é privativo de brasileiro nato.
 - (D) poderá tornar-se brasileiro naturalizado se requerer a nacionalidade brasileira, pois preenche os requisitos para tanto, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (E) poderá tornar-se brasileiro naturalizado se requerer a nacionalidade brasileira, pois preenche os requisitos para tanto, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo não é privativo de brasileiro nato.
-
44. Com relação às atribuições do Presidente da República, é correto afirmar que dentre suas competências privativas está a de
- (A) dispor, mediante decreto, sobre a organização da administração federal, ainda que implique no aumento de despesa, podendo essa atribuição ser delegada apenas ao Procurador-Geral da República.
 - (B) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como a de decretar o estado de defesa e o estado de sítio, sendo que nenhuma delas poderá ser delegada.
 - (C) celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional, podendo essa atribuição ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
 - (D) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, podendo essa atribuição ser delegada ao Advogado-Geral da União.
 - (E) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei, podendo delegar ambas as atribuições somente aos Ministros de Estado, e ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
-
45. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, considere:
- I. É garantido apenas aos brasileiros residentes no país o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer qualificações profissionais.
 - II. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
 - III. Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - IV. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III e IV, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) I e II, apenas.

**Direito Administrativo**

46. A Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública – Lei nº 14.133/2021 – dispõe, acerca dos chamados “artefatos” da licitação, que
- (A) ofício de formalização de demandas é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter parâmetros e elementos descritivos previstos na lei.
 - (B) projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções aplicáveis, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
 - (C) estudo técnico preliminar é o documento que contém a previsão de riscos e de responsabilidades entre as partes, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
 - (D) anteprojeto é a peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo os elementos mínimos previstos na lei.
 - (E) termo de referência é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.
-
47. Um vazamento de substâncias tóxicas de uma indústria química acabou por gerar a contaminação do solo de determinada localidade. Dez anos após a desativação do estabelecimento industrial, constatou-se o dano ambiental e verificou-se que houve falhas no processo de licenciamento e fiscalização pelo Estado. O Ministério Público ajuizou ação civil pública em face da empresa e do Estado, buscando a reparação do dano. Nesse caso, comprovados os fatos acima relatados,
- (A) o Estado não deve ser responsabilizado, mas apenas os agentes públicos que atuaram de forma culposa no licenciamento e na fiscalização.
 - (B) há responsabilidade do Estado em caráter solidário em relação à empresa, mas eventual condenação deve ser executada inicialmente em face desta.
 - (C) a ação será extinta em relação ao ente estatal, visto que já transcorrido o prazo quinquenal de prescrição.
 - (D) o Estado não deve ser responsabilizado, pois não há nexo causal claro entre a atuação estatal e o dano causado.
 - (E) a responsabilidade estatal depende da comprovação de atuação culposa da empresa.
-
48. Sobre o processo administrativo em âmbito estadual, a Lei nº 11.781/2000 estatui que
- (A) a autoridade ou o servidor que incorrer em suspeição deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar, sob pena de cometimento de falta grave.
 - (B) não podem ser objeto de delegação atos de natureza decisória discricionária.
 - (C) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser dirigido à autoridade de maior grau hierárquico na esfera do órgão ou entidade.
 - (D) quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, devem obrigatoriamente ser formulados em um único requerimento, para garantia da uniformidade decisória.
 - (E) estando o processo administrativo em fase de homologação processual não se permitirá apresentação de novas provas, exceto se da decisão resultar exoneração ou despedimento do administrado.
-
49. A Constituição Federal de 1988 estabelece que são privativos de brasileiro nato os cargos
- (A) da magistratura federal.
 - (B) do Ministério Público federal.
 - (C) de praças e oficiais das Forças Armadas.
 - (D) dos órgãos federais de inteligência.
 - (E) da carreira diplomática.



50. A doutrina reconhece determinados atributos aos atos administrativos, dentre os quais, a presunção
- (A) de veracidade, de natureza absoluta.
 - (B) de autoexecutoriedade, de natureza absoluta.
 - (C) de legitimidade, de natureza relativa.
 - (D) de imperatividade, de natureza relativa.
 - (E) de discricionariedade, de natureza absoluta.
51. Sobre o poder regulamentar, a Constituição Federal de 1988 estatui que
- (A) a omissão do seu exercício permite o suprimento judicial da norma por meio da impetração de mandado de segurança.
 - (B) o exercício exorbitante de tal poder pode ser objeto de sustação pelo Poder Legislativo.
 - (C) se trata de prerrogativa concedida ao Poder Legislativo, de regulamentar artigos da própria Constituição.
 - (D) sua expressão se dá sempre de forma autônoma, em razão do princípio da Separação de Poderes.
 - (E) o Poder Legislativo pode estabelecer prazo para seu exercício pela Chefia do Poder Executivo.
52. A Lei nº 11.107/2005, em sua redação vigente, prevê que os consórcios públicos poderão
- (A) celebrar contratos de programa, inclusive para a prestação associada de serviços de saneamento básico.
 - (B) ser contratados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, por inexigibilidade de licitação.
 - (C) ser constituídos apenas como pessoas de direito público, vedada a constituição de consórcios sob regime de direito privado.
 - (D) emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados.
 - (E) emitir declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de bens necessários à gestão associada de serviços públicos que conste do protocolo de intenções.

Direito Civil

53. Sobre os regimes de bens e sucessório no casamento e na união estável,
- (A) a eleição do regime de bens diverso da comunhão parcial, na constância da união estável, por contrato escrito, retroage seus efeitos patrimoniais à data de início da relação.
 - (B) o regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens e direitos presentes e futuros dos cônjuges, inclusive as pensões e montepios.
 - (C) será obrigatório o regime da separação de bens no casamento se um dos cônjuges for pessoa maior de 70 anos, salvo se afastado esse regime por expressa manifestação de vontade das partes, mediante escritura pública ou declaração particular.
 - (D) exclui-se da partilha, no regime de comunhão parcial, os bens de uso pessoal e os livros, ainda que adquiridos na constância do casamento ou da união estável.
 - (E) o regime sucessório é distinto entre cônjuges e companheiros.
54. De acordo com o previsto no Código Civil:
- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes firmado em escritura pública.
 - (B) A tomada de decisão apoiada pode ser instituída em favor da pessoa com deficiência a seu requerimento ou de ofício pelo juiz, de modo a evitar a curatela.
 - (C) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão devolvidos ao instituidor ou ao espólio, a depender se foi criada por negócio jurídico entre vivos ou por testamento.
 - (D) O instrumento particular de procuração deve contar o lugar onde foi passado, as qualificações de outorgante e outorgado, a data, objetivo da outorga e poderes conferidos, podendo ser exigido pelo terceiro particular que tenha firma reconhecida, sob pena de não aceitação.
 - (E) É possível à pessoa natural ter mais de um domicílio, desde que não simultaneamente.
55. Sobre os direitos da personalidade, é INCORRETO:
- (A) O rol de direitos da personalidade previsto no Código Civil é exemplificativo.
 - (B) A pessoa poderá, a qualquer tempo após ter atingido a maioridade civil e uma única vez, requerer a alteração imotivada de seu prenome, independentemente de decisão judicial.
 - (C) A proteção de dados pessoais é um direito da personalidade expresso no Código Civil.
 - (D) Testemunhas de Jeová que estejam no pleno gozo da capacidade civil têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base em sua autonomia individual e liberdade religiosa.
 - (E) Os pais podem, por convicção filosófica, moral, existencial ou religiosa, deixar de vacinar seus filhos menores, desde que se trate de vacina não registrada em órgão de vigilância sanitária.

**PROVA DISCURSIVA ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 12: item 12.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 12.9 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 12.9.1 fugir ao tema proposto; 12.9.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 12.9.3 for assinada fora do local apropriado; 12.9.4 apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 12.9.5 estiver em branco; 12.9.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 12.9.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 12.10 Será desconsiderado, com risco de perda de pontos em todos os critérios, qualquer trecho que: a) apresentar rasura; b) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; c) for escrito fora do espaço reservado para o texto definitivo. 12.11 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso qualquer fragmento de texto escrito fora do espaço reservado para o texto definitivo será desconsiderado e não será corrigido. [...] 12.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas, para cada questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. [...] 12.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]

QUESTÃO 1

Silvio Romero, nascido em 17 de junho de 1959, iniciou o exercício de cargo efetivo de Oficial Administrativo da Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco em 1ª de janeiro de 2000. No período de 1ª de janeiro 2007 a 31 de dezembro de 2018, esteve afastado de seu cargo para exercer um mandato de Prefeito e dois mandatos de Deputado Estadual, mantendo-se vinculado ao regime previdenciário de origem. Tendo retornado ao desempenho de suas funções em 1ª de janeiro de 2019, requereu aposentadoria ao Regime Próprio de Previdência estadual em 20 de junho de 2025, quando solicitou averbação de certidão de tempo de contribuição relativa ao período de 1ª de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1999, em que trabalhou como vendedor de tecidos no comércio local.

O requerimento apresentado teve por fundamento o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, redigido nos seguintes termos:

"Art. 6º. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;*
- II. trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;*
- III. vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e*
- IV. dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria".*

Nessas circunstâncias, considerando a legislação de regência da matéria, responda justificadamente:

- a. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, o artigo 6º da EC nº 41/2003 ainda pode ser evocado para fundamentar uma aposentadoria no âmbito do RPPS pernambucano?
- b. Quais os reflexos do(s) afastamento(s) vivenciado(s) pelo servidor para a aquisição do direito à aposentadoria?
- c. Qual o tempo de contribuição total do servidor quando da solicitação da aposentadoria?
- d. O servidor preenche os demais requisitos previstos no artigo 6º da EC nº 41/2003?

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

Um órgão público estadual pretende reduzir os gastos na conta de energia e pretende realizar contratação de empresa que auxilie em tal propósito, sendo a remuneração da contratada fixada em percentual sobre economia obtida.

Diante de tais características e à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, esclareça:

- a. Qual a espécie contratual adequada a ser celebrada?
- b. Esclareça como se dará o julgamento da proposta na licitação para a celebração desse contrato.

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO EScreva NESTE Espaço